



ACÓRDÃO Nº377/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12146/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Maria Leonide de Oliveira Brandao (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2930/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA LESTE. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Hospital e Pronto-Socorro da Criança – Zona Leste, relativa ao exercício de 2018, que tinha como responsável a **Sra. Maria Leonide de Oliveira Brandão** (Diretora-Geral à época), nos termos dos arts. 22, III, “b” da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b” da Resolução 04/02-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Maria Leonide de Oliveira Brandão, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em virtude da persistência das duas falhas indicadas, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



ACÓRDÃO Nº377/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar ao setor competente a instauração de Cobrança Executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

10.4. Dar ciência à responsável à época, **Sra. Maria Leonide de Oliveira Brandão**, sobre o desfecho atribuído a estes autos, bem como à atual Gestão do Hospital e Pronto-Socorro da Criança – Zona Leste para não incorrer novamente nos comportamentos faltosos, em especial a compra fracionada e a realização de despesas sem cobertura contratual, sem prejuízo de observar as recomendações apostas pela Unidade Técnica no Relatório Conclusivo n. 047/2020-DICAD, especialmente às fls. 2053.

10.5. Determinar que sejam expedidas recomendações à SUSAM, à CEMA e ao Controle Externo desta Corte de Contas para adotar as providências indicadas pela DICAD às fls. 2053 de seu Relatório Conclusivo.

11- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Abril de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral